QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 11.669.021/0001-10
NIRE: 33.300.292.896
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em atendimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481/09"), a administração da **QGEP Participações S.A.** ("Companhia") apresenta a seguir a sua proposta para os itens a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 de abril de 2012.

1. Tomada das contas dos Administradores, Exame, Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2011

A administração da Companhia propõe que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas dos administradores, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

As Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 12 de março de 2012 e publicadas no Jornal do Commercio e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 15 de março de 2012.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da Seção 10 do formulário de referência, constam do **Anexo A** que segue com esta proposta.

2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e distribuição de dividendos

A administração da Companhia propõe que o lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 tenha a destinação indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme Proposta de Destinação do Lucro Líquido detalhada no **Anexo B** a esta proposta, a qual foi elaborada de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da ICVM 481/09.

Conforme se verifica no **Anexo B**, a administração propõe que a parcela do lucro líquido remanescente após a destinação do montante exigido para a reserva legal e o

dividendo obrigatório seja destinada para uma nova reserva estatutária denominada "Reserva de Investimentos". A administração esclarece ter aprovado em 24 de outubro de 2011 a proposta da administração para reforma do estatuto social da Companhia que contemplará, dentre outras matérias, a adequação do estatuto social da companhia às novas regras do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa e a criação de uma "Reserva de Investimentos" na forma do artigo 194 da Lei 6.404/76 ("LSA"). A Reserva de Investimentos terá por finalidade assegurar a manutenção, o desenvolvimento e a expansão das atividades sociais. A Assembleia Geral Extraordinária que deliberará sobre a reforma do estatuto social será convocada nos próximos dias e será realizada antes da Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2012.

3. Eleição dos membros do Conselho de Administração para o período de 2012 à 2014

A administração da Companhia propõe que sejam reeleitos, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, os atuais membros do Conselho de Administração, contemplando, portanto, a indicação de 2 (dois) Conselheiros Independentes: os Srs. Luiz Carlos de Lemos Costamilan e José Luiz Alquéres, que atendem aos requisitos de independência do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A.

A administração propõe que não sejam eleitos membros suplentes para o Conselho de Administração.

A administração esclarece que as informações necessárias para a devida análise da proposta de eleição dos administradores, conforme estabelecido pelo artigo 10 da ICVM 481/09, incluindo sua experiência profissional, encontram-se dispostas no **Anexo C** a esta proposta.

Anexo A

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa controlada, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A., ou QGEP, é a única empresa de controle privado brasileiro no setor de exploração e produção a ser qualificada "Operador A" pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ou ANP, o que permite nossa atuação como operadora em águas rasas, profundas e ultra-profundas. Em termos de produção diária de barris de óleo equivalente, ou *boe*, somos a maior empresa brasileira segundo dados divulgados pela ANP em dezembro de 2011. Nossas atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e condensado concentram-se, atualmente, nas Bacias de Santos, Jequitinhonha e Camamu, sendo nosso principal ativo a titularidade de 45% do Campo de Manati, no Estado da Bahia, que é um dos maiores campos de gás natural não associado em produção no Brasil, cuja capacidade de produção média diária no ano é de aproximadamente seis milhões de m3 de gás .

Em 31 de dezembro de 2011, data em que foram apuradas nossas demonstrações financeiras, nossa receita líquida totalizou R$289,0 milhões. Conforme detalhado na Seção 10 - Item 10.2 deste Formulário de Referência, nossas receitas são preponderantemente provenientes da venda de gás para a Petróleo Brasileiro S.A., ou Petrobras. Embora esses recursos nos proporcionem satisfatórios níveis de geração de caixa, foram efetuados contratos de financiamento, cuja finalidade consistiu à época, principalmente no desenvolvimento do Campo de Manati.

Acreditamos que a Companhia se encontrava com liquidez satisfatória em 31 de dezembro de 2011, o que se reflete em nosso capital circulante líquido de R$ 862,8 milhões, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, representando condições adequadas para cumprir as nossas obrigações operacionais de curto prazo.

Nossos Diretores acreditam que a nossa saúde financeira é suficiente para atender nossas obrigações com terceiros e nossa necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento do serviço da dívida, que pode ser observado em nossa liquidez corrente, que estava na proporção de 318% (Ativo Circulante/Passivo Circulante) em 31 de dezembro de 2011.

Adicionalmente, a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era composta de 80% de capital próprio e 20% de capital de terceiros, o que consideramos um saudável índice de alavancagem. Na medida em que surgirem necessidade de investimentos no desenvolvimento de nossas reservas e no aumento do nosso portfólio, analisaremos a possibilidade de aumentar a alavancagem da companhia através da emissão de novas dívidas, sempre que as mesmas se apresentarem eficientes em termos estruturais e de custo.

Com o objetivo de desenvolver nosso planejamento estratégico e aproveitar oportunidades da indústria, realizamos uma oferta pública inicial de ações em fevereiro de 2011.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipóteses de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2011, tínhamos uma posição consolidada na conta Caixa e Equivalentes de Caixas de R$1.022,0 milhões e um ativo circulante de R$1.258,1 milhões. Nessa data, apresentávamos um passivo circulante consolidado de R$395,3 milhões e um passivo não circulante consolidado de R$158,6 milhões.

Por fim, destacamos que não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Acreditamos possuir capacidade de pagamento de nossos compromissos financeiros. Nosso capital circulante líquido consolidado, que corresponde à subtração do ativo circulante consolidado com o passivo circulante consolidado, era de R$862,8 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Considerando o nosso fluxo de caixa e a nossa posição de liquidez, acreditamos que temos liquidez e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

recursos de capital suficientes para cumprir com eventuais pagamentos de obrigações e outros valores a serem pagos no curto prazo e no longo prazo, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário, contrairemos empréstimos para financiar nossos compromissos. Adicionalmente, até a data deste Formulário de Referência temos cumprido com as nossas obrigações relativas aos compromissos financeiros assumidos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossa capacidade de geração de caixa nos permitiu financiar nosso capital de giro e grande parte da expansão de nossas atividades, no entanto, principalmente na fase de desenvolvimento, a companhia optou pela contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, sendo o respectivo pagamento realizado com os recursos advindos da nossa própria geração de recursos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Diante da nossa estrutura de capital, acreditamos que nossa geração de caixa e os recursos provenientes da oferta pública inicial de ações sejam suficientes para cumprir as nossas obrigações operacionais rotineiras bem como nosso cronograma de investimentos exploratórios. Contudo, planejamos aumentar a alavancagem da companhia através de novas fontes de financiamentos, a medida que surgirem novos investimentos, sobretudo em aquisições e na fase de desenvolvimento da produção.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii. grau de subordinação entre as dívidas; iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nosso endividamento é composto por contratos de empréstimo e financiamento com instituições financeiras, que tiveram como objetivo garantir recursos para cumprir nossos investimentos no desenvolvimento da produção do Campo de Manati.

Em 31 de dezembro de 2011, o nosso endividamento consolidado totalizava o montante de R$103,6 milhões, sendo sua totalidade em moeda nacional. A tabela abaixo demonstra o nosso nível de endividamento e características de nossas dívidas em 31 de dezembro de 2011:

Modalidade	Encargos Financeiros	Valor Consolidado (em R$ milhões) em 31 de dezembro de 2011
Em moeda nacional		
BNDES	TJLP + 3,5% a.a.	52,5
BNB	10% a.a. (1)	51,1
Total em moeda nacional		**103,6**
Empréstimos e financiamentos - circulante		**52,0**
Empréstimos e financiamentos - não circulante		**51,6**
Total		**103,6**

(1) Não considerando Bônus de Adimplência, que reduz em 15% a taxa efetiva dos juros, desde que seja paga até a data do respectivo vencimento.

Os vencimentos das parcelas dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados abaixo:

Vencimentos (em R$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2011
2012	52,0
2013	51,6

Abaixo descrevemos de forma breve nossos contratos de financiamento:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

A Manati S.A., ou Manati, celebrou, em 28 de junho de 2005, um contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou BNDES e Contrato BNDES, originariamente no valor de R$245,0 milhões, porém tal valor foi reduzido a R$225,3 milhões nos termos do segundo aditamento ao Contrato BNDES. O crédito de R$225.270.000,00 está dividido em dois subcréditos, sendo: (i) subcrédito A, no valor de R$105.042.738,80, destinados ao financiamento das instalações do gasoduto terrestre e da Estação de São Francisco; e (ii) subcrédito B, no valor de R$120.227.261,20, destinados ao financiamento das instalações do gasoduto marítimo, da plataforma de produção e demais tens financiáveis do Campo de Manati. A Queiroz Galvão S.A., ou QGSA, figura no contrato como interveniente fiadora e a QGEP como interveniente controladora, na qualidade de titular das ações da Manati . O referido contrato foi aditado cinco vezes: Em 22 de fevereiro de 2007, 3 de setembro de 2007; 9 de outubro de 2007; 28 de outubro de 2008; 1º de dezembro de 2010, alterando-se, essencialmente, as condições do empréstimo e, em relação ao último aditivo, substituição da interveniente controladora original Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A., ou QGOG, pela QGEP, haja vista transferência de titularidade das ações da Manati. da QGOG para a QGEP. Os juros pactuados no contrato são de Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP, acrescidos de *spread* de 3,5% ao ano, calculados, capitalizados e exigíveis nos termos do contrato.

A amortização do principal é dividida em 108 prestações mensais, iguais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. De acordo com o cronograma inicial de amortizações, o vencimento da primeira prestação foi fixado para o dia 15 de outubro de 2007 e o da última para 15 de setembro de 2016. Considerando o cronograma de aceleração e pagamentos já realizados, conforme previsto no Contrato, estimamos que a última prestação seja paga em 15 de outubro de 2013.

O contrato de financiamento celebrado entre o BNDES e nossa controlada indireta Manati . prevê as seguintes garantias:

- Fiança prestada pela QGSA, responsável solidariamente até a final liquidação do contrato, mas podendo ser antecipadamente liberada, se atendidas determinadas condições do contrato. Essa garantia é compartilhada pelo Contrato BNDES e o contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., ou BNB e Contrato BNB.

- Penhor de Ações: A QGEP, titular integral das ações da Manati e na qualidade de cessionária dos direitos e obrigações da QGOG, celebrou com o BNB e com o BNDES um contrato de penhor de ações, por meio do qual a QGEP dá em penhor ao BNB e ao BNDES a integralidade das ações da Manati de sua titularidade.

Em setembro de 2007, a Manati firmou contrato de vinculação e cessão de receita para: (i) vincular, ao BNB e ao BNDES, a integridade da receita pertencente à Manati proveniente do contrato de compra e venda de gás natural firmado com a Petrobras, bem como de toda e qualquer outra receita proveniente da comercialização de hidrocarbonetos oriundos do Campo de Manati; e (ii) ceder, ao BNB e ao BNDES, para pagamento das prestações dos contratos de financiamento firmados com ambos, em caráter irrevogável e irretratável, e até a final liquidação de todas as obrigações neles assumidas pela Manati, parcela das referidas receitas em valor correspondente ao total das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida de tais contratos de financiamento.

Por força desse contrato de vinculação e cessão de receita, sempre que a produção de gás natural do Campo de Manati exceder a determinas quantidades mensais, definidas no contrato, a Manati é obrigada a depositar em conta vinculada o valor correspondente a 50% do acréscimo na parcela de produção destinada à Manati, multiplicado pelo preço contratual de venda do gás natural. Sempre que o saldo dessa conta vinculada alcançar um montante igual ao valor de uma prestação de amortização, a Manati efetuará um pagamento adicional, deduzindo tal montante do saldo devedor e reduzindo o número de prestações de trás para frente.

Contrato com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB

A Manati celebrou, em 28 de junho de 2005, o Contrato BNB, no valor de R$245,0 milhões, destinado ao financiamento da produção e do transporte de gás natural e do condensado do Campo de Manati (Bloco BCAM-40). O referido crédito está dividido em dois subcréditos, sendo: (i) um subcrédito no valor de R$196,5 milhões; e (ii) o segundo subcrédito no valor de R$48,5 milhões, correspondente a financiamento com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, ou FNE-PROINFRA. A QGSA figura no contrato como interveniente fiadora e a QGEP como interveniente controladora, na qualidade de titular das ações da Manati Os juros pactuados no contrato, hoje em 10% ao ano, variam de acordo com os recursos vinculados ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e são calculados, capitalizados e exigíveis nos termos do contrato. O contrato prevê ainda um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros efetiva, desde que as prestações de juros ou de principal sejam pagas até as datas dos respectivos vencimentos. Em 29 de junho de 2011 foi assinado aditivo a esse contrato de financiamento, transferindo as obrigações desse contrato da QGOG para nossa subsidiária QGEP, a qual passa, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2010, a ser interveniente controladora para fins do contrato de financiamento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A amortização do principal é dividida em 108 prestações mensais, iguais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. De acordo com o cronograma inicial de amortizações, o vencimento da primeira prestação foi fixado para o dia 15 de outubro de 2007 e o da última para15 de setembro de 2016. Considerando o cronograma de aceleração e pagamentos já realizados, conforme previsto no Contrato, estimamos que a última prestação será paga em 15 de outubro de 2013.

O contrato de financiamento celebrado entre o BNB e nossa controlada indireta Manati prevê as seguintes garantias:

- Fiança prestada pela QGSA, responsável solidariamente até a final liquidação do Contrato BNB, mas podendoser antecipadamente liberada, se atendidas determinadas condições do Contrato. Essa garantia écompartilhada pelo Contrato BNDES e Contrato BNB.

- Penhor de Ações: A QGEP, controladora das ações de Manati, celebrou com ao BNB e com o BNDES a integralidade das ações da Manati de sua titularidade.

Em setembro de 2007, a Manati firmou contrato de vinculação e cessão de receita para: (i) vincular, ao BNB e ao BNDES, a integridade da receita pertencente à Manati proveniente do contrato de compra e venda de gás natural firmado com a Petrobras, bem como de toda e qualquer outra receita proveniente da comercialização de hidrocarbonetos oriundos do Campo de Manati; e (ii) ceder, ao BNB e ao BNDES, para pagamento das prestações dos contratos de financiamento firmados com ambos, em caráter irrevogável e irretratável, e até a final liquidação de todas as obrigações neles assumidas pela Manati, parcela das referidas receitas em valor correspondente ao total das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida de tais contratos de financiamento.

Por força desse contrato de vinculação e cessão de receita, sempre que a produção de gás natural do Campo de Manati excede a determinadas quantidades mensais, definidas no contrato, a Manati é obrigada a depositar em conta vinculada o valor correspondente a 50% do acréscimo na parcela de produção destinada à Manati multiplicado pelo preço contratual de venda do gás natural. Quando o saldo dessa conta vinculada alcançar um montante igual ao valor de uma prestação de amortização, o banco tem o direito de efetuar um pagamento adicional, deduzindo tal montante do saldo devedor e reduzindo o número de prestações de trás para frente. Apesar de já termos alcançado saldo suficiente na conta vinculada, o BNB tem optado por não realizar os pagamentos adicionais.

Contrato com a International Finance Corporation – IFC

O contrato de financiamento com o International Finance Corporation, ou IFC e Contrato IFC, foi originalmente celebrado entre essa instituição e a QGOG. Em maio de 2010, foi celebrado um termo de anuência (waiver) por meio do qual o IFC consentiu, sujeito a certas condições, que as obrigações desse contrato de financiamento fossem transferidas para nossa subsidiária QGEP. Em 15 de abril de 2011 foi solicitada e concedida a anuência para a antecipação da última parcela do financiamento do IFC com vencimento em 15 de novembro de 2011 no valor de US$7.083 para dia 16 de maio de 2011. Com isso, nesta data o contrato junto ao IFC foi liquidado integralmente.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2011, não possuíamos em nosso passivo nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, buscamos manter uma relação comercial com os principais agentes financeiros no mercado, visando ao pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de novos investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias. As nossas dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, a distribuição de dividendos, a alienação de ativos, a emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

O Contrato BNDES impõe à Manati certas restrições contratuais em relação a sua capacidade de endividamento, obrigando-a a manter os seguintes índices: (i) o índice de cobertura do serviço da dívida deverá ser igual ou maior que1,3, sendo que tal índice será apurado, aplicando-se a seguinte fórmula: (LAJIDA – IR – CSLL – desembolso para abandono + variação do capital de giro)/serviço da dívida; e (ii) endividamento geral deverá ser sempre igual ou inferior a80%, sendo tal índice apurado da seguinte forma: (passivo circulante+exigível de longo prazo – dívida subordinada)/ativo
total. Para fins desse cálculo, dívida subordinada será a dívida proveniente do aporte dos acionistas no caso de alguma nova descoberta de Campo/Reserva no Bloco BCAM-40. O Contrato BNDES determina, ainda, que a Manati não pode distribuir aos seus acionistas dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio que, somados, atinjam percentual superior a 25% ao ano, sem prévia e expressa anuência do BNDES. Historicamente, odas as solicitações efetuadas ao BNDES foram devidamente atendidas de forma a liberar o excesso de caixa gerado pela controlada Manati para a sua controladora.

O Contrato BNB impõe à Manati S.A. certas restrições contratuais em relação a sua capacidade de endividamento, obrigando-a a manter os seguintes índices: (i) o índice de cobertura do serviço da dívida deverá ser igual ou maior que1,3, sendo que tal índice será apurado, aplicando-se a seguinte fórmula: (EBITDA – IR – CSLL – provisão para abandono+variação do capital de giro)/serviço da dívida; e (ii) endividamento geral deverá ser sempre igual ou inferior a80%, sendo tal índice apurado da seguinte forma: (passivo circulante+exigível de longo prazo – dívida subordinada)/ativo total. Para fins desse cálculo dívida subordinada será a dívida proveniente do aporte dos acionistas no caso de alguma nova descoberta de Campo/Reserva no Bloco BCAM-40. O Contrato BNB determina, ainda, que a Manati não pode distribuir aos seus acionistas dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio que, somados, atinjam percentual superior a25% ao ano, sem prévia e expressa anuência do BNB. Historicamente, todas as solicitações efetuadas ao BNB foram devidamente atendidas de forma a liberar o excesso de caixa gerado pela controlada Manati para a sua controladora.

Os contratos de financiamento com o BNDES e BNB possuem cláusulas que restringem a realização de qualquer fusão, cisão, consolidação ou reorganização societária pelas companhias financiadas sem a prévia aprovação dos credores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Já utilizamos 100% dos financiamentos que contratamos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada pelas Leis n os 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, ou Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ou CPC, emitidos e aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, ou CFC, e de acordo com normas da CVM.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards, ou IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board, ou IASB, as quais são consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pelas Leis n os 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009,, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, emitidos e aprovados por resoluções do CFC, e de acordo com normas da CVM.

A Companhia foi constituída em 9 de março de 2010, e tornou-se operacional em 2 de setembro de 2010, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. ("QGOG") aportou na companhia a totalidade de seu investimento na QGEP, passando esta última a ser sua subsidiária integral. Dessa forma, a demonstração do resultado da Companhia no ano de 2010 representa o resultado de operações para o período de três meses e 29 dias findo em 31 de dezembro de 2010, não sendo possível a comparação direta entre os resultados dos anos de 2010 e 2011. Para fins de analisar comparativamente estamos apresentando informações financeiras consolidadas carve out na Seção 10 – Item 10.11 deste Formulário de Referência, considerando critérios descritos na mesma seção.

Como uma empresa de participações em sociedades que se dedicam substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo e gás natural, o resultado da companhia reflete, basicamente, o resultado de suas controladas: Manati e QGEP. Desta forma, apresentamos abaixo as principais variações dos grupos do balanço patrimonial, as quais representam as informações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Balanço Patrimonial (em R$ milhões)			
	2011	**2010**	**Δ%**
Ativo			
Circulante	**1.258,1**	**221,6**	**467,7%**
Caixa e equivalente de caixa	1.022,0	137,2	644,9%
Aplicações financeiras	130,5	-	N/A
Contas a receber	76,1	82,0	-7,2%
Impostos e contribuições a recuperar	20,7	1,2	1625,0%
Outros	8,8	1,2	633,3%
Não Circulante	**1.471,6**	**833,1**	**76,6%**
Caixa restrito	61,0	110,6	-44,8%
Impostos a recuperar	0,2	0,2	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5,8	2,9	100,0%
Imobilizado	869,4	713,7	21,8%
Intangível	535,2	5,8	9127,6%
Outros	0,1	-	0,0%
TOTAL DO ATIVO	**2.729,7**	**1.054,7**	**158,8%**
	2011	**2010**	**Δ%**
Passivo e Patrimônio Líquido			

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Circulante	**395,3**	**148,7**	**165,8%**
Fornecedores	26,6	19,0	**40,0%**
Contas a pagar	265,9	-	**N/A**
Impostos e contribuição a recolher	24,4	22,6	**8,0%**
Remuneração e obrigações sociais	1,5	0,3	**400,0%**
Contas a pagar - Partes Relacionadas	0,5	1,2	**-58,3%**
Empréstimos e financiamentos	52,0	76,3	**-31,8%**
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	6,0	5,0	**20,0%**
Provisão para garantia devolução Blocos	-	10,6	**N/A**
Outros	18,4	13,7	**34,3%**
Não Circulante	**158,6**	**283,8**	**-44,1%**
Empréstimos e financiamentos	51,6	188,7	**-72,7%**
Provisão para abandono	107,0	95,1	**12,5%**
Patrimônio Líquido	**2.175,8**	**622,3**	**249,6%**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.729,7**	**1.054,7**	**158,8%**

Caixa (Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras e Caixa Restrito)

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com um saldo de caixa[1] positivo de R$1.213,4 milhões, representando um aumento significativo em relação aos níveis registrados no final de 2010. Esse aumento expressivo se deu basicamente em função do sucesso da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia, que captou aproximadamente R$1,5 bilhão para financiar as atividades de exploração existentes e a expansão de seu portfólio de ativos. Além disso, o caixa restrito foi reduzido no montante de R$60,0 milhões em função da antecipação de 33 parcelas referentes ao financiamento junto ao BNB.

Impostos e contribuição a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar totais (circulante e não circulante) atingiram R$20,9 milhões em 2011. Este valor refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

Imobilizado

Em 2011, o Imobilizado totalizou R$869,4 milhões, comparado com um saldo de R$713,7 milhões em 2010. Esta variação refere-se basicamente as (i) adições do bloco exploratório BM-J-2 no montante de R$112,2 milhões e adições do bloco exploratório BM-S-12 no montante de R$52,4 milhões, que incluem gastos com serviços de perfuração, logística e materiais, e (ii) baixas no montante de R$11,7 milhões referentes ao bloco BMS-76 devolvido à ANP no segundo trimestre de 2011.

Intangível

Durante o ano de 2011, a controlada QGEP assinou contrato de compra e venda de direitos de concessão para a aquisição de 10% de participação no bloco BM-S-8 e de 30% de participação no Bloco BS-4, localizados offshore da Bacia de Santos, nos valores de US$175,0 milhões e US$157,5 milhões, respectivamente. A transferência dos direitos de concessão para a QGEP em relação ao Bloco BM-S-8 d. Em Fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência dos direitos de concessão, bem como a operação do Bloco B-S-4, para a QGEP.

Contas a Pagar

As contas a pagar somaram R$265,9 milhões no final de 2011, em função da provisão para pagamento do saldo remanescente (90% do preço de aquisição) do contrato de compra e venda para aquisição de 30% de participação no Bloco BS-4. Esse montante foi liquidado em 2 de março de 2012.

[1] Inclui caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos e Financiamentos

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com uma dívida total de R$103,6 milhões, 45% abaixo do valor apresentado no encerramento do exercício de 2010, principalmente devido à amortização da totalidade do financiamento junto ao IFC no montante de R$23,9 milhões e a antecipação de 33 parcelas referentes ao financiamento junto ao BNB no montante total de R$60,0 milhões.

Provisão para garantia devolução Blocos

O saldo de 2010 refere-se às garantias do Programa Exploratório Mínimo (PEM) do bloco exploratório BMS-77. O montante de R$10,6 milhões foi provisionado em dezembro de 2010 e liquidado em maio de 2011 quando exercidos pela ANP.

DRE (R$ milhões) (*)			
	2011	**2010**	**Δ%**
Receita líquida	**289,0**	**142,2**	**103,2%**
Custos	(128,7)	(57,1)	125,2%
Lucro bruto	**160,3**	**85,1**	**88,5%**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(64,1)	(10,1)	534,7%
Custos exploratórios	(52,1)	(39,0)	33,8%
Outras despesas operacionais líquidas	(7,3)	-	N/A
Lucro operacional	**36,8**	**36,0**	**2,5%**
Resultado financeiro líquido	84,4	9,8	761,2%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**121,2**	**45,8**	**164,5%**
Imposto de renda e contribuição social	(29,1)	(10,1)	188,1%
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**92,1**	**35,6**	**158,7%**

(*) A demonstração do resultado da Companhia no ano de 2010 representa o resultado de operações para o período de três meses e 29 dias findo em 31 de dezembro de 2010, não sendo possível a comparação direta entre os resultados dos anos de 2010 e 2011.

Receita Líquida

Em 2011, a receita líquida totalizou R$289,0 milhões, resultado de uma produção média de 4,1 MMm3/dia de gás natural e de 65 m3/dia de condensado. Os volumes totais de produção no Campo de Manati atingiram 1.500 MMm3 em 2011, ou 675 MMm3 líquidos para a QGEP.

Custos Operacionais

Os custos acumulados em 2011 totalizaram R$128,7 milhões. Além dos custos de operação da planta de gás de R$37,5 milhões, contribuíram para os custos deste período os seguintes itens: R$53,1 milhões de depreciação; R$24,7 milhões de Royalties e Participação Especial; R$3,0 milhões de Pesquisa & Desenvolvimento; e R$10,4 milhões de custos de manutenção no Campo de Manati.

Despesas Gerais e Administrativas

Durante o ano de 2011, a Companhia expandiu o número de profissionais em seu corpo técnico a fim de se preparar para cumprir com as atividades como operador do Bloco BS-4 e com a estratégia de aumentar sua presença como operador de outros blocos.

As Despesas Gerais e Administrativas no ano de 2011 também incluem o pagamento feito para os diretores, gerentes e colaboradores da QGEP, no valor de R$23,1 milhões, como um incentivo relacionado à conclusão bem-sucedida da Oferta Pública Inicial de Ações finda em 9 de março de 2011, conforme divulgado no prospecto.

Custos Exploratórios

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os custos exploratórios totais para a extração de petróleo e gás atingiram R$52,1 milhões em 2011. Este valor reflete principalmente (i) custos do poço 1-SPS-80 (R$13,2 milhões) localizado no Bloco BM-S-76, que foi perfurado no primeiro trimestre, onde não foram identificadas zonas potencialmente produtoras e (ii) aquisição de dados sísmicos no valor de R$29,7 milhões que compreende a região dos blocos onde a QGEP adquiriu participação recentemente.

Resultado Financeiro

Em 2011, a receita financeira líquida totalizou R$84,4 milhões, comparada a uma receita financeira líquida de R$9,8 milhões em 2010. Este montante refere-se basicamente a receita financeira gerada das aplicações dos recursos captados na Oferta Pública Inicial de Ações, recebidos pela Companhia em fevereiro de 2011. Além disso, o resultado financeiro também foi impactado pela despesa de variação cambial de R$48,5 milhões referente ao impacto da depreciação do câmbio sobre a parcela do pagamento remanescente da aquisição do Bloco BS-4, bem como ao saldo provisionado para abandono do Campo de Manati.

Lucro Líquido

A Companhia reportou um lucro líquido acumulado de R$92,1 milhões, decorrente da combinação dos lucros operacional e financeiro. Os principais fatos que afetaram o resultado do período foram (i) redução da receita de venda de gás, devido ao menor volume de produção do Campo de Manati, (ii) custos exploratórios do poço 1-SPS-80, (iiI) despesas administrativas não recorrente referentes à Oferta Pública Inicial de Ações, (iv) aumento da receita financeira pela captação da Oferta Pública Inicial de Ações realizada pela Companhia em fevereiro de 2011 e (v) variação cambial decorrente da desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar norte americano.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultado das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm basicamente da produção e comercialização de hidrocarbonetos, especialmente da venda de gás natural e condensado do Campo de Manati. Todo gás natural produzido no Campo de Manati é vendido para a Petrobras, nos termos de um contrato de longo prazo, enquanto o condensado produzido naquele campo é vendido para a Dax Oil Refino S.A., ou Dax Oil.

Eventualmente, nossas receitas poderão advir da venda de participação em concessões de blocos exploratórios ou campos em produção.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não identificamos fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais em 31 de dezembro de 2011, data base para nossas demonstrações financeiras.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Alterações de preços e volumes
A nossa receita operacional é preponderantemente proveniente da venda de gás natural do Campo de Manati para a Petrobras, com base em um contrato de longo prazo. O preço de gás é denominado em Reais e reajustado em bases anuais de acordo com índice contratual atrelado a inflação. Nossa receita operacional é diretamente afetada por alterações de volumes vendidos.

Adicionalmente, temos um contrato com a Dax Oil para a venda de condensado, cuja receita está indexada a cotação do petróleo (Brent) no mercado internacional.

Alterações de taxas de câmbio
A maior parte das nossas receitas é denominada em Real, assim como a maior parte dos custos de produtos vendidos.

Parte dos nossos investimentos em exploração são atrelados ao dólar norte-americano e, consequentemente, um aumento na atividade exploratória tende a aumentar nossa exposição às variações na taxa de câmbio.

Procuramos compatibilizar a moeda de nossos financiamentos com a receita de nossos projetos. Nesse sentido, nossos investimentos no desenvolvimento do Campo de Manati foram custeados por financiamentos em Reais, uma vez que as receitas provenientes desse campo são denominadas em moeda nacional.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

A situação financeira e o resultado de nossas operações são influenciados pelo cenário macroeconômico brasileiro e pela variação de preços dos principais insumos e produtos, especialmente do petróleo, do câmbio e da taxa de juros.

Inflação e Taxas de Juros
A inflação e as taxas de juros de referência podem influenciar de forma limitada os nossos resultados, na medida em que podem gerar maior, ou menor, disponibilidade de renda, reduzir ou expandir a atividade econômica, ou afetar o volume de investimentos na economia.

A variação dos índices de inflação afeta as nossas receitas e despesas, tendo em vista que o contrato de venda de gás natural, assim como os contratos com nossos prestadores de serviços, são reajustados por índices atrelados à inflação. Os insumos que utilizamos podem sofrer também pressão inflacionária.

Taxas de juros de mercado
Nossos empréstimos e financiamentos, listados na Seção 10 - Item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência, são atrelados às taxas de juros de mercado, principalmente à Taxa de Juros de Longo Prazo, TJLP. A variação das taxas de juros de mercado pode aumentar, ou reduzir, o custo de nossos empréstimos.

Cabe ressaltar que, em geral, não utilizamos derivativos, tais como swaps tradicionais, com o propósito de anular oscilações da TJLP, perante estas captações de recursos em instituições financeiras brasileiras.

A seguinte tabela de sensibilidade, com informações de 31 de dezembro de 2011, diz respeito a uma variação eventual de

10.2 - Resultado operacional e financeiro

receitas ou despesas associadas às operações e cenários estimados, sem considerar seus valores de mercado.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011		10,87%		
Equivalente de caixa	Baixa do CDI	914.640	914.640	914.640
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	130.479	130.479	130.479
Taxa anual estimada do CDI		9,69%	7,27%	4,85%
Efeito anual nas aplicações financeiras:				
Redução		(10.496)	(32.376)	(54.718)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011		10,87%		
Caixa registro:				
Fundo da provisão de abandono	Baixa do CDI	11.379	11.379	11.379
BNB	Baixa do CDI	2.142	2.142	2.142
Conta reserva	Baixa do CDI	47.447	47.447	47.447
Taxa anual estimada do CDI		9,69%	7,27%	4,85%
Efeito anual no caixa registro:				
Redução		(315)	(971)	(1.640)

Operação	Risco	Cenário	Cenário I -	Cenário II -

10.2 - Resultado operacional e financeiro

		Provável	deterioração de 25%	deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011		6%		
Empréstimos:				
BNDES A	Alta da TJLP	24.463	24.463	24.463
BNDES B	Alta da TJLP	28.011	28.011	28.011
BNB 001	Alta da TJLP	43.848	43.848	43.848
BNB 002	Alta da TJLP	7.235	7.235	7.235
Taxa anual estimada da TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
Efeito anual nos empréstimos:				
Aumento		-	571	1.136

Taxa de Câmbio

Identificamos exposição cambial na provisão para abandono dos poços e nos investimentos, principalmente exploratórios, que são parcialmente indexados ao Dólar norte-americano.

Como nosso Caixa está aplicado em Reais, somos beneficiados pela valorização do Real perante o Dólar norte-americano na medida em que a apreciação da moeda nacional gera um ganho cambial sobre nossa provisão para abandono indexados ao Dólar.

Desta forma, a expansão de nossas atividades resultará em um aumento de nossa exposição à moeda estrangeira. Esta exposição poderá ser mitigada por instrumentos de hedge financeiros, e hedge naturais, uma vez que o valor das reservas de petróleo são vinculadas ao Dólar norte-americano, moeda padrão do mercado internacional de petróleo e gás.

Em 21 de dezembro de 2011 o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, cujo objetivo é formalizar as medidas elegíveis de mitigação da exposição da QGEP Participações S.A. e suas controladas aos riscos de mercado não inerentes à atividade de exploração e produção de óleo e gás. A Política determina condições e limites para o uso de instrumentos derivativos, como Futuro, NDF (*non-deliverable forward*) e Opções, que poderão ser contratados somente com o objetivo de *hedge* (proteção).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma desvalorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa média ponderada contratual (R$/US$)		1,89		
NDF notional (US$ mil)	Queda do US$	70.000	70.000	70.000
Taxa R$ / US$		1,89 (*)	1,42	0,95
Efeito na variação da taxa de câmbio:				
Redução		-	(33.075)	(66.150)

(*) Com base nos contratos futuros de dólar comercial da BMF em 29/12/2011

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade no caso de uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre os instrumentos financeiros passivos da Companhia.

	Cenário Provável em USD	Cenário Provável em R$	Risco	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Dólar				2,3448	2,8137
Operação					
Contas a pagar – Shell	141.750	265.895	Alta do US$	265.895	265.895
Provisão para abandono	57.067	107.047	Alta do US$	107.047	107.047
Passivos expressos em reais nas respectivas taxas de câmbio	198.817	372.942		372.942	372.942
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real	N/A	N/A		93.234	186.469

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Atuamos somente no segmento de exploração e produção, ou E&P. Desde nossa constituição, nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme detalhado na Seção 6 - Item 6.3 deste Formulário de Referência, no dia 17 de janeiro de 2011, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária na qual nossos acionistas aprovaram um aumento de nosso capital social, no montante de R$ 62.219.085,82, mediante a emissão de 6.202.196 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Aprovaram, também, o desdobramento das ações de emissão da Companhia passando cada 01 (uma) ação ordinária a ser representada por 03 (três) ações pós-desdobramento, recebendo os acionistas 02 (duas) novas ações para cada ação ordinária possuída na data da referida AGE. As ações emitidas em virtude do desdobramento farão jus aos mesmos direitos conferidos às demais ações, inclusive no que tange ao direito de voto e ao direito de recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia. O capital social subscrito passou a ser de R$ 620.416.742,82, representado por 186.065.886 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Conselho de Administração da Companhia, em reuniões realizadas em 07 e 08 de fevereiro de 2011 aprovou o aumento do Capital Social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem distribuídas por oferta pública primária de ações no Brasil e com esforços de colocação no exterior. O Capital Social passou a ser de R$ 1.937.877.065, 82, dividido em 255.405.903 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 02 de março de 2011, foi aprovado, dentro do limite do capital autorizado, o aumento do Capital Social no montante de R$197.619.038,00, o qual passou a ser de R$2.135.496.103,82 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, , objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo Banco BTG Pactual S.A., de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição, e de acordo com o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de novembro de 2011 a ANP aprovou a transferência dos direitos na concessão de 10% de participação anteriormente detida pela Shell Brasil Petróleo Ltda. para a controlada QGEP no Bloco BM-S-8. O valor da transação foi de US$175 milhões.

Em 16 de fevereiro de 2012 a ANP aprovou a transferência dos direitos na concessão de 30% de participação anteriormente detida pela Shell Brasil Petróleo Ltda. para a controlada QGEP no Bloco BS-4. O valor da transação foi de US$157,5 milhões e a QGEP também assumiu, na qualidade de sucessora da Shell, a operação do Bloco.

10.4 – Mundanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pelas Leis n os 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009,, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, emitidos e aprovados por resoluções do CFC, e de acordo com normas da CVM.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, as quais são consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, emitidos e aprovados por resoluções do CFC, e de acordo com normas da CVM. Não ocorreram mudanças significativas em nossas práticas contábeis.

O nosso patrimônio líquido e o resultado individual refletem o mesmo saldo do patrimônio líquido e do resultado consolidado.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Item não aplicável.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As nossas demonstrações financeiras individuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas, também relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, cujo parecer de auditoria inclui parágrafos de ênfase sobre o fato de que:

- Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

- Conforme mencionado na nota explicativa 29, em 08 de fevereiro de 2012 a ANP aprovou a transferência dos direitos de concessão do Campo de Coral da Companhia BS-3 S.A. para nossa controlada QGEP e em 16 de fevereiro de 2012 a ANP aprovou a transferência dos direitos de concessão de exploração da Companhia Shell Brasil Petróleo Ltda. referente ao bloco BS-4, para a QGEP.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Nossa administração entende que adota as políticas contábeis condizentes com as melhores práticas de mercado e com a indústria de exploração e produção de petróleo e gás. Nossas políticas contábeis são definidas com o propósito de prover os usuários das demonstrações financeiras com informações úteis na tomada de decisão e visam a representar as nossas transações com neutralidade, prudência e integridade e consideram as seguintes características qualitativas: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Ademais, a preparação das demonstrações financeiras se baseia em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

Resumo das principais práticas contábeis:

Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem consumidos ou utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base pro rata temporis até a data do balanço.

Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

Os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registrados pelo método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Esse método determina que os gastos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e de geofísica, custos com poços secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com perfuração de poços (*Drilling Costs*) onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados até a sua conclusão.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural no Campo de Manati são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Os juros e demais encargos financeiros calculados sobre os passivos relativos a aquisições do ativo imobilizado foram capitalizados como custos desses ativos até o início de suas operações (fase de produção/operação).

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Intangível

A Companhia apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões que incluem, basicamente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;

- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;

- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;

- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com essa avaliação, efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração entende que não existe a necessidade de efetuar provisão para realização nesses ativos exploratórios na referida data.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de dezembro de 2011, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas da Administração quando esta é a operadora,e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros.

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Os financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

Provisão para processos judiciais

10.5 - Políticas contábeis críticas

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas é constituída para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de "perda possível" são divulgados pela Administração, mas não registrados.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente até o montante que possa ser considerado como de realização provável.

Incentivos fiscais

Por estar localizada na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, ou SUDENE, a sua controlada indireta Manati, obteve benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração pelo período de 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício em 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente será transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada Manati.

Acordos de pagamentos baseados em ações da Companhia

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 23 iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Plano de Opções de Ações" que registrou o benefício aos empregados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i)ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros "disponíveis para venda" e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

10.5 - Políticas contábeis críticas

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui equivalentes de caixa e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui caixa restrito classificado nesta categoria.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A Companhia possui contas a receber e depósitos bancários (na rubrica de Equivalentes de Caixa) classificados nesta categoria.

- Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- ✓ Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- ✓ Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- ✓ Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- ✓ Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

- Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

- Baixa de passivos financeiros

  A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP e de suas controladas, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - Real (R$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico primário que a Companhia opera.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A nossa administração avalia a eficácia dos controles internos, relacionados às demonstrações financeiras, por meio de processos desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras, para assegurar a nossa capacidade de iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras. Não foram identificadas imperfeições relevantes na execução dos controles. Durante o exercício, identificadas quaisquer imperfeições na execução de controles, estas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ações que venham a garantir a sua eficácia no encerramento do exercício.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, uma vez que o objetivo foi de emitir uma opinião sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias nas demonstrações financeiras, nossos auditores emitiram carta de recomendações. A nossa administração entende que os pontos de melhoria identificados não são relevantes para o nosso processo de preparação de demonstrações financeiras e está atuando na resolução dos mesmos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Até a data deste Formulário de Referência, 46% dos recursos captados em nossa oferta pública inicial de ações foram utilizados, considerando a integralidade dos valores envolvidos na aquisição da participação nos Blocos BM-S-8 e BS-4.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Conforme destacado na seção de "Destinação de Recursos" de nosso Prospecto em fevereiro de 2011, os recursos captados em nossa oferta inicial de ações deverão ser utilizados conforme a tabela abaixo.

Destinação	Percentual
Investimentos em Exploração e desenvolvimento no portfólio existente (não suportados pela geração de caixa do Campo de Manati)	20 a 30%
Aquisição, Exploração e desenvolvimento de novos blocos e ativos	70 a 80%

Até a data deste Formulário de Referência, 46% dos recursos provenientes da oferta foram utilizados. Deste valor, 88% foram destinados a aquisição de participação e investimento nos Blocos BM-S-8 e BS-4, e o restante, 12%, a investimentos no portfólio existente antes da Oferta Pública de Ações.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Até a data deste Formulário de Referência, não houve desvios na destinação dos recursos.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. Contratos de construção não terminada; e, v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Item não aplicável vez que não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Item não aplicável vez que não há itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

b) Natureza e o propósito da operação

Item não aplicável vez que não há itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Item não aplicável vez que não há itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Despesas de Capital R$ milhões	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
BM-S-12	78,7				78,7
BM-J-2	121,3				121,3
BM-CAL-5	27,7	6,9			34,6
BM-CAL-12		28,8			28,8
BM-S-8	47,7				47,7
Total	**275,4**	**35,7**	**0,0**	**0,0**	**311,1**

O quadro acima contempla investimentos exploratórios planejados para os próximos anos em poços previstos no Programa Exploratório Mínimo (PEM), bem como em poços em andamento e poços não contingentes.

Os investimentos no desenvolvimento da produção do Campo de Atlanta e Oliva, relativos ao Bloco BS-4, não foram considerados neste item, pois seus Planos de Desenvolvimento estão em revisão junto a ANP.

Investimentos em poços exploratórios contingentes, bem como no desenvolvimento da produção de outros blocos, não estão descritos, uma vez que estes investimentos podem estar sujeitos à confirmação de novas descobertas. Estes investimentos podem incluir estudos de reservatórios, aquisição de dados de geologia e geofísica, perfuração de poços de produção e exploração, de injeção de água, de injeção de gás, sistemas de coleta da produção, plantas de gás natural, dutos de interligação dos campos e sistemas de estocagem da produção de óleo e condensado.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Nosso plano de negócios e uso estimado dos recursos foram previstos com base em Recursos Prospectivos Médios Riscados, ou seja, considerando investimentos ponderados pela chance de sucesso de cada Prospecto Exploratório. Portanto, os percentuais de alocação dos recursos captados na nossa oferta pública inicial de ações podem ser alterados significativamente dependendo de sucesso exploratório que possa ocorrer no nosso portfólio atual e, eventualmente, ser integralmente dedicado ao desenvolvimento de novos projetos.

Os recursos captados na Oferta Pública de Ações realizada em 2011, juntamente com o fluxo de caixa existente do Campo de Manati, permitirão a continuidade de nossa campanha exploratória, bem como aquisição de novos ativos. Estamos analisando prioritariamente as oportunidades nas Bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, tendo, inclusive, interesse em participar das oportunidades atuais e futuras no pré-sal. Poderemos participar oportunamente, preferencialmente com participações minoritárias, em Bacias emergentes que demonstrem a existência de prêmios consideráveis e/ ou upsides que possam compensar os riscos destes projetos. Estamos atualmente avaliando a entrada em novos ativos por meio de farm-ins que estão sendo ofertados no mercado brasileiro e da participação seletiva em novas rodadas de licitação promovidas pela ANP. Nestas oportunidades de investimentos, utilizaremos, além dos recursos obtidos em razão da oferta pública inicial de ações, os recursos em nosso caixa.

Para os novos investimentos buscaremos oportunidades alinhadas com a nossa estratégia de: (i) aumentar nossa exposição nas bacias do sudeste, (ii) participar nas áreas do pré-sal de forma minoritária, (iii) aumentar nossa participação como operador, (iv) diversificar nossas parcerias, (v) investimentos em projetos selecionados em bacias emergentes com participação minoritária e que tenham prêmio elevado.

Adicionalmente, podemos continuar recorrendo a fontes de recursos de terceiros, de acordo com a disponibilidade de crédito e das condições de mercado, disponíveis para campos em fase de desenvolvimento e produção ou aquisições.

10.11 – Outros fatores com influência relevante

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não possuímos processo de desinvestimento de ativos em andamento. Cabe ressaltar, no entanto, que são práticas da indústria do petróleo a realização de contratos de farm-in e farm-out. Podemos, eventualmente, assinar tais tipos de contratos no futuro, caso isso represente benefícios para nossos negócios e acionistas. A assinatura destes contratos, se houver, poderá representar investimentos e desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Pretendemos apresentar ofertas nos leilões futuros da ANP para a aquisição de direitos de concessão de blocos que nossa administração tenha definido como áreas potenciais favoráveis para as atividades de exploração e produção.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Item não aplicável, vez que não possuímos plano de negócios relativos a novos produtos e serviços.

Apresentamos a seguir outras informações que consideramos relevantes para a leitura e o entendimento do nosso desempenho operacional.

Assim, as seguintes informações serão incluídas neste item:

- Informações acerca das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011;
- Informações acerca das nossas demonstrações financeiras consolidadas carve out referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009;
- Contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009; e
- Obrigações contratuais.

Estas informações foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas carve out e compreendem:

- Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009: as informações financeiras *carve out* extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da QGOG, utilizando exclusivamente resultados históricos de operações, ativos e passivos atribuíveis ao segmento de E&P, que incluem o investimento na nossa controlada indireta Manati e as operações do Campo de Coral da BS-3 S.A.

- Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010: a combinação das informações financeiras *carve out*, extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da QGOG, para o período de 1º de janeiro de 2010 a 1º de julho de 2010, utilizando exclusivamente resultados históricos de operações, ativos e passivos atribuíveis ao segmento de E&P, que incluem o investimento na nossa controlada indireta Manati e as operações do Campo de Coral da BS-3 S.A., bem como os resultados históricos de nossas operações, ativos e passivos para o período de 2 de julho a 31 de dezembro de 2010. Estas informações financeiras foram combinadas considerando que as operações de E&P e a QGOG e nós estávamos sob controle e administração comuns. Essas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir dos registros contábeis históricos individuais tendo sido eliminadas as operações existentes entre a QGOG e nós, com objetivo de demonstrar as operações como se fosse uma entidade única, conforme resultou da transferência de ativos realizada em 2 de julho de 2010. Por esse motivo, as demonstrações financeiras estão sendo denominadas consolidadas *carve out*.

10.11 – Outros fatores com influência relevante

Principais Alterações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas *Carve Out*
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados *carve out* para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

DRE (em R$ milhões) *Carve Out*

	2011	% AV1	2010	% AV1	% Variação 2011/2010
Receita líquida	**289,0**	**100,0**	**387,5**	**100,0**	**(25,4)**
Custos Operacionais	(128,7)	(44,5)	(141,3)	(36,5)	(8,9)
Lucro bruto	**160,3**	**55,5**	**246,2**	**63,5**	**(34,9)**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	(64,1)	(22,1)	(21,6)	(5,6)	196,3
Custos exploratórios para a extração de petróleo e gás	(52,1)	(18,0)	(40,4)	(10,4)	29,0
Outras operacionais, líquidas	(7,3)	(2,5)	-	-	N/A
Lucro operacional	**36,8**	**12,8**	**184,2**	**47,6**	**(80,0)**
Resultado financeiro, líquido	84,4	29,2	(3,6)	(0,9)	N/A
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**121,2**	**41,9**	**180,7**	**46,6**	**(32,9)**
Imposto de renda e contribuição social	(29,1)	(10,1)	(32,7)	(8,4)	(11,1)
Lucro líquido do período	**92,1**	**31,9**	**148,0**	**38,2**	**(37,7)**

(1) Percentual do total da receita líquida.

Resultado Operacional

Em 2011, a receita líquida totalizou R$289 milhões, uma queda de 25,4% comparada aos R$387,5 milhões registrados em 2010. Essa redução ocorreu em função dos menores volumes de produção no Campo de Manati, resultado dos fechamentos para manutenção realizados ao longo do ano.

Os volumes totais de produção no Campo de Manati atingiram 1.500 MMm3 em 2011, ou 675 MMm3 líquidos para a Companhia. Manati possui um contrato para venda da totalidade do gás com uma cláusula take-or-pay a um preço em reais ajustado anualmente utilizando índices especificados no contrato.

A menor produção do Campo de Manati também contribuiu para a queda nos custos operacionais, que totalizaram R$129 milhões em 2011, uma redução de 9% comparada aos níveis de 2010..

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas contabilizaram R$64,1 milhões 2011, um aumento substancial de 196,3% comparado aos R$21,6 milhões registrados em 2010. Esse aumento resultou principalmente: (i) do aumento na equipe técnica, necessário para fazer face às atividades operacionais no Bloco BS-4 e (ii) de R$3,7 milhão relativo às opções de ações concedidas aos funcionários. As despesas gerais e administrativas, excluindo os efeitos não recorrentes do incentivo para o IPO, no montante de R$23,1 milhões, alcançaram R$41 milhões em 2011, contra R$21,6 milhões em 2010.

10.11 – Outros fatores com influência relevante

Custos exploratórios para a extração de petróleo e gás

Os custos exploratórios totais para a extração de petróleo e gás atingiram R$52,1 milhões em 2011, representando um aumento de 29,0% na comparação anual. O aumento nesses custos resultou principalmente da aquisição de dados sísmicos.

Outras despesas operacionais líquidas

A Companhia registrou R$7,3 milhões em outras despesas operacionais em 2011, principalmente relacionadas à provisão para a multa relativa ao não cumprimento do contrato *delivery or pay* de venda de gás no Campo de Manati durante 2011.

Resultado Financeiro

Em 2011, a receita financeira líquida totalizou R$84,4 milhões, comparada a uma despesa financeira líquida de R$3,6 milhões em 2010. Esta variação refere-se basicamente a receita financeira gerada das aplicações dos recursos captados na Oferta Pública Inicial de Ações, recebidos pela Companhia em fevereiro de 2011, líquida da despesa de variação cambial de R$48,5 milhões referente ao impacto da variação cambial sobre a parcela do pagamento remanescente da aquisição do Bloco BS-4 no Contas a Pagar, bem como ao saldo provisionado para abandono do Campo de Manati.

Lucro Líquido

A Companhia registrou lucro líquido de R$92,1 milhões em 2011, uma redução de 38% em relação aos R$148 milhões apurados em 2010. Esse resultado deveu-se aos menores volumes de produção do Campo de Manati, despesas gerais e administrativas mais altas e aos impactos do resultado financeiro.

Principais Alterações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas *Carve Out*
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados *carve out* para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

DRE (em R$ milhões) *Carve Out*

	2010	% AV[1]	2009	% AV[1]	% Variação 2010/2009
Receita líquida	**387,5**	**100,0**	**330,2**	**100,0**	**17,4**
Custos Operacionais	(141,3)	(36,5)	(89,7)	(27,2)	57,4
Lucro bruto	**246,2**	**63,5**	**240,4**	**72,8**	**2,4**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	(21,6)	(5,6)	(21,5)	(6,5)	0,1
Custos exploratórios para a extração de petróleo e gás	(40,4)	(10,4)	(148,9)	(45,1)	(72,8)
Lucro operacional	**184,3**	**47,6**	**70,0**	**21,2**	**163,1**
Resultado financeiro, líquido	(3,6)	(0,9)	11,1	3,4	(131,8)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**180,7**	**46,6**	**81,2**	**24,6**	**(122,6)**
Imposto de renda e contribuição social	(32,7)	(8,4)	(15,3)	(4,6)	(113,4)
Lucro líquido do período	**148,0**	**38,2**	**65,9**	**19,9**	**(124,7)**

(1) Percentual do total da receita líquida.

10.11 – Outros fatores com influência relevante

Resultado Operacional

A Receita Líquida no ano de 2010 foi de R$387,5 milhões, 17,4% maior que em 2009, resultado do aumento de 20,3% no volume total de produção do Campo de Manati, conseqüência do volume recorde de produção do Campo de Manati, que atingiu o volume total de 614,5 MMm3, sendo 276,5 MMm3 para a Companhia.

Manati tem um contrato de longo prazo para fornecimento de um volume mínimo anual (take-or-pay) de gás à Petrobras, por um preço em reais ajustado anualmente com base em índice contratual.

O aumento na produção em 2010 explica em grande parte o incremento nos custos operacionais que totalizaram R$141,3 milhões em 2010, representando um aumento de 57,4% em relação a 2009. A variação é reflexo do (i) início do pagamento de Participação Especial e Pesquisa e Desenvolvimento, no montante total de R$11,3 milhões, (ii) de um maior dispêndio em royalties em decorrência do aumento da produção no Campo de Manati, (iii) maiores gastos com amortização e (iv) custos adicionais da inspeção programada no sistema de coleta de gás.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas foram de R$21,6 milhões em 2010, praticamente estável em relação a 2009.

Custos exploratórios para a extração de petróleo e gás

O total dos custos exploratórios para a extração de petróleo e gás em 2010 foi de R$40,4 milhões, queda de 72,8% em relação a 2009. Estes custos são relacionados à aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços secos ou com reservas não comerciais, entre outros.

Resultado Financeiro

Em 2010, o resultado financeiro líquido de R$3,6 milhões negativos (versus R$11,1 milhões positivos em 2009) é resultado, principalmente, de ajustes da variação cambial positiva sobre empréstimos em moeda estrangeira e provisão para abandono em menor proporção que o ocorrido em 2009. As despesas financeiras não tiveram variação significativa.

Lucro Líquido

O lucro líquido de R$148 milhões em 2010 representou um crescimento de 124,7% quando comparado a 2009. Este resultado favorável foi conseqüência da produção recorde do Campo de Manati e de custos exploratórios mais baixos.

Principais Alterações no Fluxo de Caixa Consolidado Carve Out
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010

Demonstração do Fluxo de Caixa (R$ milhões) *Carve Out*

	2011	2010	% Variação 2011/2010
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**194,2**	**253,0**	**(58,8)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(607,1)**	**(89,1)**	**(518,0)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**1.297,8**	**(114,2)**	**1.412,0**

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reduziu em R$58,8 milhões, passando de R$253,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$194,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta redução é justificada principalmente pela redução de R$55,9 milhões no lucro líquido, explicado pelas variações nos resultado dos dois períodos mencionadas no Item –"Principais Alterações nas Demonstrações de Resultado" acima.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento aumentou 8,4% ou R$518,0 milhões, passando de R$89,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$607,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. Este aumento decorre

10.11 – Outros fatores com influência relevante

principalmente devido às aquisições ocorridas em 2011 dos diretos exploratórios de dois blocos exploratórios e ao montante com gastos exploratórios de perfuração ser superior ao ano de 2010.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento aumentou R$1.412,0 milhões, passando de um caixa líquido aplicado de R$114,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para um caixa líquido gerado de R$1.297,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta variação deve-se principalmente pelo aumento de capital, líquido dos custos com emissões de ações de R$57,4, no montante de R$1.457,7 milhões.

Principais Alterações no Fluxo de Caixa Consolidado Carve Out
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009

Demonstração do Fluxo de Caixa (R$ milhões) *Carve Out*

	2010	2009	% Variação 2010/2009
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**253,0**	**114,1**	**121,7**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(89,1)**	**(97,3)**	**(8,4)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(114,2)**	**4,9**	**(119,1)**

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais aumentou em R$138,9 milhões, passando de R$114,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$253,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este aumento é justificado principalmente pelo aumento de R$82,1 milhões no lucro líquido, explicado pelas variações nos resultado dos dois períodos mencionadas no Item –"Principais Alterações nas Demonstrações de Resultado" acima.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento diminuiu 8,4%, ou R$8,2 milhões, passando de R$97,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$89,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta diminuição decorre principalmente devido ao montante com gastos exploratórios de perfuração ser inferior ao ano de 2009.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento aumentou R$119,1 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R$4,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 para um caixa líquido aplicado de R$114,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação deve-se principalmente pelo aumento de R$115,8 milhões nos pagamentos de financiamentos feitos em 2010 em comparação com 2009.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008

A tabela abaixo demonstra o nível de endividamento consolidado carve out e características de tais dívidas nos períodos a seguir indicados:

Modalidade	Encargos financeiros	Valor Consolidado (em R$ milhões) em 31 de dezembro de 2011	Valor Consolidado (em R$ milhões) em 31 de dezembro de 2010	Valor Consolidado (em R$ milhões) em 31 de dezembro de 2009
Em moeda estrangeira				
IFC – A – US$	LIBOR + 1,75% a.a.	-	7,0	16,0
IFC – C – US$	10,29 a.a. e 11,48% a.a.	-	16,8	17,7

10.11 – Outros fatores com influência relevante

Banco do Brasil	LIBOR + 1,5% a.a.	-	-	88,2
Total em moeda estrangeira		**-**	**23,8**	**121,9**
Em moeda nacional				
BNDES	TJLP + 3,5% a.a.	52,5	96,2	159,6
BNB	10% a.a.	51,1	145,0	170,5
Total em moeda nacional		**103,6**	**241,2**	**330,1**
Empréstimos e financiamentos - circulante		**52,0**	**76,3**	**152,2**
Empréstimos e financiamentos - não circulante		**51,6**	**188,7**	**299,8**
Total		**103,6**	**265,0**	**452,0**

Obrigações Contratuais

A tabela abaixo sintetiza nossas obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2011:

Obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2011				
R$ mil	**Menos de 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Total**
Empréstimos e Financiamentos	**52,0**	**51,6**	**-**	**103,6**
Despesas de Capital	**-**	**26,0**	**-**	**26,0**
Obrigações Contratuais Totais	**52,0**	**77,6**	**-**	**129,6**

(1) Estes valores correspondem aos pagamentos de principal e juros em 31 de dezembro de 2010, relativos a obrigações decorrentes de contratos de empréstimos financeiros, conforme demonstrações financeiras consolidadas.

(2) Os valores apresentados correspondem às garantias cedidas à ANP para execução do Programa Exploratório Mínimo - PEM -, de acordo com nossos contratos de concessão regulamentados pela ANP, bem como obrigações com fornecedores já contratado.

Anexo B

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. **Informar o lucro líquido do exercício**

Lucro líquido do exercício R$92.137.360,70

2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

A administração da Companhia propõe a destinação de R$875,30 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios e que representa 0,001% do lucro líquido ajustado após a destinação relativa a Reserva Legal correspondendo a R$ 0,000003 por ações ordinárias.

3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

A proposta da Administração é equivalente a 0,00095% do lucro líquido do ano.

4. **Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

			2010
Total de dividendos		R$	33.814.909,12
Dividendos por ação	(1)	R$	0,545209

(1) Valores calculados com base nas ações em circulação em 31 de dezembro de cada ano

A Companhia iniciou suas atividades em 2010, por isso não apresentamos o ano 2009.

5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital**

próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

A administração propõe o pagamento de dividendos no valor de R$0,000003 para cada ação ordinária. Não haverá pagamento de juros sobre capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Prazo de pagamento em 27 de abril de 2012, a ser disponibilizado pelo agente custodiante aos acionistas cadastrados em livro próprio e junto à CBLC.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

16 de abril de 2012, conforme deliberação da Assembleia Geral.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

		2011	2010 [1]
Lucro líquido do exercício	R$	92.137.360,70	35.594.641,18
Média ponderada de ações ordinárias		256.849.695	60.143.091
Lucro líquido por ação ordinária - básico	R$	0,358721	0,591833

[1] A Companhia iniciou suas atividades em setembro de 2010, portanto o lucro líquido apurado refere-se a apenas 4 (quatro) meses de operação (setembro/10 a dezembro/10)

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no exercício.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

		2011	2010 [1]
Total de dividendos	R$	875,30	33.814.909,12
Dividendos por ação ordinária	R$	0,000003	0,545209

[1] Valores calculados com base nas ações em circulação em 31 de dezembro de cada ano

A Companhia iniciou suas atividades em 2010, por isso não apresentamos o ano 2009.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado a reserva legal será de R$4.606.867,89

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido do exercício	92.137.360,70
(x) Percentual destinado a Reserva Legal	5%

Destinação da Reserva Legal 4.606.868,04

Conforme art.193 da Lei 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não pode exceder 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o artigo 29 do nosso Estatuto, o dividendo obrigatório

corresponde a 0,001% do lucro líquido do exercício.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Cláusula estatutária que estabelece a reserva:

A administração esclarece ter aprovado em 24 de outubro de 2011 a proposta da administração para reforma do estatuto social da Companhia que contemplará, dentre outras matérias, a adequação do estatuto social da companhia às novas regras do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa e a criação de uma "Reserva de Investimentos" na forma do artigo 194 da Lei 6.404/76 ("LSA"). A Reserva de Investimentos terá por finalidade assegurar a manutenção, o desenvolvimento e a expansão

das atividades sociais. A Assembleia Geral Extraordinária que deliberará sobre a reforma do estatuto social será convocada nos próximos dias e será realizada antes da Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2012. Será destinada à Reserva de Investimentos a parcela do lucro líquido remanescentes após a destinação do montante exigido para a reserva legal e o dividendo obrigatório. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social.

b) Montante destinado à reserva

O montante que foi destinado à Reserva de Investimento é de R$87.529.617,36

c) Cálculo da Reserva de Investimento

Lucro Líquido do Exercício	92.137.360,70
(-) Reserva Legal	(4.606.868,04)
(-) Dividendos obrigatórios	(875,30)
Valor da Reserva de Investimento	87.529.617,36

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

Anexo C

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Danilo Oliveira	60	Pertence apenas à Diretoria	01/10/2010	2 anos
061.753.845-04	Engenheiro civil	19 - Diretor	01/10/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
José Augusto Fernades Filho	73	Pertence apenas à Diretoria	01/10/2010	2 anos
002.819.564-72	Geólogo	10 - Diretor Presidente	01/10/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Lincoln Guardado	64	Pertence apenas à Diretoria	01/10/2010	2 anos
667.729.158-87	Geólogo	19 - Diretor	01/10/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Paula Vasconcelos da Costa	35	Pertence apenas à Diretoria	26/10/2010	2 anos
054.005.287-67	Engenheira de produção	12 - Diretor de Relações com Investidores	26/10/2010	Sim
Diretora Financeira				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
173.714.734-34	Engenheiro civil	20 - Presidente do Conselho de Administração	02/09/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
José Luiz Alquéres	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
027.190.707-00	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/12/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Leduvy de Pina Gouvêa Filho	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
295.618.500-44	Engenheiro de Minas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/10/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Luiz Carlos de Lemos Costamilan	60	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
109.128.005-34	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/12/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Maurício José de Queiroz Galvão	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
233.110.534-00	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/09/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Ricardo de Queiroz Galvão	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
784.917.977-34	Engenheiro civil	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	02/09/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Roberto de Queiroz Galvão	46	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
497.104.944-49	Industrial	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/09/2010	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Danilo Oliveira - 061.753.845-04

O Sr.Danilo Oliveira é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia e possui especialização em Engenharia do Petróleo. Cursou o Master of Business Administration em Gerência pela Fundação Getúlio Vargas. Ele está no grupo Queiroz Galvão há mais de sete anos, inicialmente como Gerente de Engenharia e posteriormente, desde 2008, como Gerente de Produção. Em sua longa experiência profissional, trabalhou na Petrobras por 29 anos, no qual se destacam: nove anos como responsável pela completação de poços offshores na bacia de Campos; três anos, na sede da Petrobras, na cidade do Rio de Janeiro, como membro da equipe de planejamento e execução do desenvolvimento de poços offshores em campos gigantes; dez anos como Gerente do Grupo de Engenharia Submarina, cujas atividades envolviam a especificação, projeto, construção e teste de equipamentos a serem utilizados nos campos, localizados em Águas Profundas e Ultraprofundas; três anos, no Departamento de Serviços de Materiais, como Gerente do grupo de desenvolvimento de equipamentos offshores, para aplicabilidade em Águas Ultraprofundas; quatro anos como assessor de Diretoria de E&P.
O Sr. Oliveira não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Augusto Fernades Filho - 002.819.564-72

O Sr. José Augusto é formado em Geologia e pós-graduado em Geofísica, ambas pela Universidade Federal da Bahia. Ele ocupou o cargo de diretor de exploração e produção, ou E&P, do grupo Queiroz Galvão desde 1996 até sua nomeação como Diretor Presidente da QGEP Participações em 2010. Em sua longa experiência, de mais de 45 anos, o Sr. José Augusto trabalhou como geofísico em várias bacias brasileiras e ocupado cargos de destaque no Brasil e no exterior. Foi superintendente do Distrito de Exploração da Bahia por cerca de nove anos, onde revitalizou a exploração da Bacia do Recôncavo. Atuou também como Gerente Geral da Petrobras na Colômbia, estando submetido a diversos cenários de E&P. A partir de 1996, o Sr. José Augusto se juntou ao Grupo Queiroz Galvão tendo participado das negociações com a Petrobras que levaram à descoberta no Campo de Manati. Atualmente é membro do conselho de administração da Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A., companhia do Grupo Queiroz Galvão.
O Sr. José Augusto não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Lincoln Rumenos Guardado - 667.729.158-87

O Sr. Lincoln Guardado é formado em Geologia pela Universidade de São Paulo, co-autor de vários relatórios técnicos internos da Petrobras e publicou diversos artigos. É membro ativo do AAPG (Estados Unidos da América), SBGF (Brasil) e SBG (Brasil). Possui mais de 36 anos de experiência na Indústria do Petróleo, trabalhando em bacias onshore e offshore. Em sua longa experiência profissional, estando na Petrobras desde 1974, trabalhou na área internacional como Gerente Geral de Exploração, as principais atividades ocorreram em mais de dez países, como: Estados Unidos (Golfo do México); Nigéria; Angola; Argentina; Turquia; Índia; dentre outros. Além disso, atuou como Gerente Geral de Exploração local na Colômbia e Líbia. No Brasil, no período de 1995 a 2000, atuou também como Gerente Geral de Exploração, sendo responsável por um orçamento de exploração anual de US$ 500 a US$750 milhões. Destaca-se que neste período as reservas prováveis da Petrobras alcançam de 9 a 10 bilhões boe, 80% delas concentradas na bacia de Campos, e sua produção atingiu mais de 1,4 milhões boe/dia. Em 1986, como chefe de interpretações na bacia de Campos, o Sr. Guardado participou da equipe responsável pela descoberta dos campos gigantes, como: Marlim; Albacora Leste; Barracuda; Marlim Sul; dentre outros, contribuindo com o aumento do tamanho das reservas da Petrobras.
O Sr. Lincoln Guardado não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Paula Vasconcelos da Costa - 054.005.287-67

A Srª Paula Costa está no Grupo Queiroz Galvão há mais de oito anos. É formada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Master of Business Administration, em Finanças, pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais) e Master of Business Administration, em Petróleo, pela Coppe/UFRJ. Em sua experiência profissional, trabalhou na área financeira de grandes empresas petrolíferas e prestadoras de serviço de perfuração, como: Petróleo Ipiranga; San Antonio Internacional; e a Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A..
A Srª Paula Costa não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Antônio Augusto de Queiroz Galvão - 173.714.734-34

O Sr. Antonio Augusto Galvão é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Além disso, fez alguns cursos, como: Engenharia de Petróleo pela Universidade do Texas, de Tecnologia de Perfuração de Poços de Petróleo pela NL Industries e de Otimização de Perfuração pela Universidade de Louisiana, dentre outros. Atualmente, o Sr. Antônio é conselheiro de diversas empresas, dentre elas a Manati S.A., desde 2005, bem como de outras empresas do grupo Queiroz Galvão. Em sua vida profissional, atuou mais de 24 anos como Diretor da Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A.
O Sr. Antonio Augusto Galvão não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Luiz Alquéres - 027.190.707-00

O Sr. Alquéres é formado em Engenharia Civil. Possui vasta experiência no setor de energia elétrica, tendo sido Presidente da Alstom do Brasil, Diretor-Executivo da Cia. Bozano Simonsen, Presidente da Eletrobrás, Diretor do BNDESPAR, Secretário Nacional de Energia, Presidente da CERJ e Diretor-Adjunto da Light e posteriormente Presidente. Atualmente é Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ, foi Presidente da CCFB – Câmara de Comércio França-Brasil, foi Presidente do Conselho da ADRIO, é membro do COINFRA-FIESP e vice-presidente da ABDIB. Atua como membro do Conselho Estratégico de diversas empresas como: ALSTOM, ALCOA e MDU Brasil. Exerce ou exerceu, sem remuneração, diversas atividades de cunho filantrópico ou associativo e foi condecorado com as Medalhas Tiradentes, Pedro Ernesto e Ordem Nacional do Mérito da República Francesa.
O Sr. Alquéres não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Leduvy de Pina Gouvêa Filho - 295.618.500-44

O Sr. Leduvy Filho é formado em Engenharia de Mineração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduado em Engenharia do Petróleo pelo Centro de Treinamento da Petrobras. Possui curso em Programa de Desenvolvimento Executivo pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América. O Sr. Leduvy ocupou diversos cargos durante sua experiência profissional em óleo e gás em empresas como San Antonio, Petrobras, BG Group Plc, Tesco Corporation e Schlumberger Serviços de Petróleo Ltda. Além disso, possui extensa experiência internacional, incluindo trabalhos na Líbia, Venezuela, Dubai, França, Bolívia, Estados Unidos e Inglaterra. Atuou na Petrobras durante 17 anos como diretor, supervisor e superintendente de perfuração e sondas.
O Sr. Leduvy Filho não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Luiz Carlos de Lemos Costamilan - 109.128.005-34

O Sr. Luiz Costamilan é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Engenharia de Petróleo pela Colorado School of Mines, Golden, Co, Estados Unidos. O Sr. Luiz Costamilan é sócio da Energia do Rio S/A, uma empresa de advisory do setor de energia (óleo e gás) desenvolvendo estratégia para clientes e identificando oportunidades de M&A ligadas a novos investimentos no Brasil. Anteriormente, Costamilan trabalhou no Grupo BG por 9 anos, onde foi presidente da British Gas Brasil e do Cone Sul. Antes de se juntar à BG, Costamilan trabalhou na Petrobras por mais de 23 anos, onde ocupou diversos cargos seniores, incluindo Gerente Geral Corporativo de Novos Empreendimentos, Diretor Executivo de E&P e Vice-presidente Executivo da Petrobras Internacional (Braspetro), e Gerente Geral de Produção de Petróleo e Gás no Espírito Santo e em Sergipe/Alagoas. Costamilan participou dos Conselhos de diversas companhias no Brasil e no exterior.
O Sr. Luiz Carlos Costamilan não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Maurício José de Queiroz Galvão - 233.110.534-00

O Sr. Maurício Galvão é formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da FESP, Recife-PE. Além disso, fez alguns cursos, como: de solo cimento pela ABCP e em compactação pela Muller. O Sr. Maurício é conselheiro de diversas empresas, dentre elas a Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. e da Construtora Queiroz Galvão S.A. desde 2009. Possui mais de 33 anos de experiência profissional trabalhando para a Construtora Queiroz Galvão S.A., nos quais se destacam treze anos como Diretor Executivo, de 1996 a 2009 e seis anos como Diretor Adjunto, responsável pela Diretoria de Obra do departamento de Recife, participando da construção do novo terminal de passageiros e pátio de aeronaves do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza. Participou de grandes projetos, ainda como estagiário de engenharia, junto a Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro – UN REDUC, executando serviços de projeto de detalhamento, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, instrumentação e automação, condicionamento, teste, pré-operação e apoio a operação assistida da Carteira de Gasolina,e no METROFOR – Metrô de Fortaleza, nas obras civis e serviços, fabricação e fornecimento de material rodante e sistemas fixos necessários à implantação do primeiro estágio do projeto METROFOR. Também como estagiário de engenharia participor da Contrução do Novo Terminal de Passageiros, Pátio de Aeronaves, Edificações de Apoio, Redes e Sistemas do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, incluindo construção e fornecimento de materiais e equipamentos e na CHESF – Linhas de Transmissão em 500 KV.
O Sr. Maurício Galvão não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Ricardo de Queiroz Galvão - 784.917.977-34

O Sr. Ricardo Galvão é formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Associação Educacional Veiga de Almeida. Além disso, fez alguns cursos, como: pela Business School of Florida International University e gerenciamento pela Broadway e Pfister. O Sr. Ricardo é conselheiro de diversas empresas, dentre elas a Manati S.A., desde 2005, e a Construtora Queiroz Galvão S.A., desde 2009. Possui mais de 27 anos de experiência profissional trabalhando na Construtora Queiroz Galvão S.A., no qual se destacam 11 anos como Diretor Executivo, participando de grandes obras, como o trecho oeste do Rodoanel Mario Covas entre as Rodovias Régis Bittencourt e Av. Raimundo Pereira de Magalhães e na implantação de unidades para tratamento secundário das estações de tratamento de esgoto da Pavuna e Sarapuí.
O Sr. Ricardo Galvão não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Roberto de Queiroz Galvão - 497.104.944-49

O Sr. Roberto Galvão é conselheiro de diversas empresas, dentre elas a Siderúrgica do Maranhão S.A. – SIMASA, atuando durante oito e sete anos respectivamente, como conselheiro e diretor. Pelo período de 11 anos foi Diretor da Queiroz Galvão Participações – Indústria e Agropecuária S.A. e, atuou como conselheiro da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, pelo mesmo período.
Em 2005, o Sr. Roberto Galvão figurou como parte no processo administrativo CVM – TA/RJ/2005/2815. Trata-se de Termo de Acusação formulado pela Superintendência de Relações com Empresas, ou SEP, da Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, pelo qual imputou-se a conduta de violação ao disposto na alínea “a”, § 4º, do artigo 161, da Lei das Sociedades por Ações. Foi condenado ao pagamento de multa no valor de R$20.000,00, esta, que após recurso, foi mantida pelo CRSFN.

Apesar da multa recebida no âmbito do TA/RJ/2005/2815, o Sr. Roberto Galvão não ficou suspenso ou inabilitado para a prática de suas atividades profissionais.

O Sr. Roberto Galvão também não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivessem ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuímos comitês instalados.

12.8 – Informações sobre os administradores e membros do conselho fiscal

As informações relativas aos administradores encontram-se dispostas no item 12.6 acima. Com relação ao conselho fiscal, informamos que até a data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada				
Maurício José de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	233.110.534-00	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	
Observação				
São também membros do Conselho de Administração e Diretores da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Roberto de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	497.104.944-49	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	
Observação				
São também membros do Conselho de Administração e Diretores da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Fernando de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração e Diretor	165.109.684-87	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Observação				
O Sr. Antônio Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Pessoa relacionada				
Marcos de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração e Diretor	475.316.904-97	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Observação				
O Sr. Antônio Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Carlos de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	485.512.604-72	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Observação				
O Sr. Antônio Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Maurício José de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	233.110.534-00	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Roberto de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	497.104.944-49	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	
Observação				
São também membros do Conselho de Administração e Diretores da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Maurício José de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	233.110.534-00	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Fernando de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	165.109.684-87	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Observação				
O Sr. Maurício Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	QGEG Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Marcos de Queiroz Galvão	475.316.904-97	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração e Diretor				
Observação				
O Sr. Maurício Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	QGEG Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Carlos de Queiroz Galvão	485.512.604-72	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
O Sr. Maurício Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto de Queiroz Galvão	497.104.944-49	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Fernando de Queiroz Galvão	165.109.684-87	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração e Diretor				
Observação				
O Sr. Roberto Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto de Queiroz Galvão	497.104.944-49	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Marcos de Queiroz Galvão	475.316.904-97	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	

Membro do Conselho de Administração e Diretor

Observação

O Sr. Roberto Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	497.104.944-49	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Carlos de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	485.512.604-72	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Observação				
O Sr. Roberto Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.				
Administrador do emissor ou controlada				
Fernando de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração e Diretor	165.109.684-87	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Marcos de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração e Diretor	475.316.904-97	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Fernando de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração e Diretor	165.109.684-87	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Carlos de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	485.512.604-72	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Marcos de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração e Diretor	475.316.904-97	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Pessoa relacionada				
Carlos de Queiroz Galvão	485.512.604-72	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				

12.10- Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor e b) Controlador direto ou indireto do emissor.

EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2010

IDENTIFICAÇÃO/CARGO DO ADMINISTRADOR DO EMISSOR	PESSOA RELACIONADA	CNPJ	CARGO EXERCIDO
Antônio Augusto de Queiroz Galvão (CPF: 173.714.734-34) Presidente do Conselho de Administração	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	11.253.257/0001-71	Presidente do Conselho de Administração
	MANATI S.A.	07.063.991/0001-09	Membro do Conselho de Administração
	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	Presidente do Conselho de Administração e Diretor
Ricardo de Queiroz Galvão (CPF: 784.917.977-34) Vice-Presidente do Conselho de Administração	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	11.253.257/0001-71	Vice-Presidente do Conselho de Administração
	MANATI S.A.	07.063.991/0001-09	Membro do Conselho de Administração
	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor

Roberto de Queiroz Galvão (CPF: 497.104.944-49) Membro do Conselho de Administração	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	11.253.257/0001-71	Membro do Conselho de Administração
	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	Membro do Conselho de Administração e Diretor
Mauricio José de Queiroz Galvão (CPF: 233.110.534-00) Membro do Conselho de Administração	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	11.253.257/0001-71	Membro do Conselho de Administração
	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	Membro do Conselho de Administração e Diretor
José Augusto Fernandes Filho (CPF: 002.819.564-72) Diretor-Presidente	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	11.253.257/0001-71	Diretor-Geral
	MANATI S.A.	07.063.991/0001-09	Membro do Conselho de Administração e Diretor
Paula Vasconcelos da Costa (CPF: 054.005.287-67) Diretora Financeira e de Relação com Investidores	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	11.253.257/0001-71	Diretora
	MANATI S.A.	07.063.991/0001-09	Diretora
Lincoln Rumenos Guardado (CPF: 667.729.158-87) Diretor	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	11.253.257/0001-71	Diretor
	MANATI S.A.	07.063.991/0001-09	Diretor

Danilo Oliveira (CPF: 061.753.845-04) Diretor	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	11.253.257/0001-71	Diretor
	MANATI S.A.	07.063.991/0001-09	Diretor

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Temos apólices de seguros contratadas para conselheiros e diretores, D&O, com abrangência em todo o território nacional. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de fatos relacionados às suas funções na nossa empresa, incluindo cobertura "A" (indenização direta a terceiros em nome dos diretores e conselheiros, sendo que neste caso eles não precisam desembolsar qualquer quantia), "B" (reembolso à sociedade caso esta realize quaisquer pagamentos cobertos pela apólice, exceto Estados Unidos) e "C" (reembolso à sociedade para reclamações relacionadas à CVM).

12.12 - Outras informações relevantes

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas,monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de
Governança Corporativa e pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, adotamos, entre outras, as seguintes:

(i) capital social da companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

(ii) além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (b) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (c) reforma do Estatuto Social; (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da companhia; (e) atribuição de bonificação em ações; (f) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela companhia; (g) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleição do liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (i) a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (j) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado disposto no Estatuto Social; (l) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (m) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;

(iii) manutenção e divulgação, nos termos da lei, dos registros das ações da Companhia, contendo a quantidade de ações que cada acionista possui, identificando-os nominalmente;

(iv) No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública de aquisição de ações a todos os acionistas nas mesmas condições oferecidas ao controlador (*tag-along*). A transferência do controle deve ser feita a preço transparente.

(v) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;

(vi) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;

(vii) escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;

(viii) clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; e

(ix) não eleição de conselheiros suplentes.